

# Rede estimula uso de madeira nativa

Programas visam ampliar o consumo de árvore da Amazônia na construção civil, desde que proveniente de plano de manejo

**Martha San Juan França**  
mfranca@brasileconomico.com.br

Notícias sobre desmatamento da Amazônia e a impunidade das madeiras ilegais que destroem a floresta costumam assustar os consumidores que buscam utilizar madeira de reflorestamento ou mesmo outros materiais, como plástico e vidro. Não é essa a filosofia de empresas e entidades do setor. “Não adianta impedir ou mesmo proibir a retirada de árvores da Amazônia”, afirma Malu Villela, coordenadora da Rede Amigos da Amazônia. “A madeira é a única matéria-prima da construção civil que armazena carbono que é o objetivo de todos os que defendem a transição para uma economia de baixo impacto e de conservação da biodiversidade.”

A Rede aposta no incentivo ao consumo de madeira — desde que seja de origem legal, de preferência certificada. Para isso, o primeiro passo tem sido qualificar o consumidor. Foi esta a proposta do programa Madeira é Legal, uma parceria entre o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo, além do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA) e de outras organizações da sociedade civil e de setor privado.

## Desconhecimento

O programa já trouxe algumas constatações surpreendentes. Uma delas, segundo Lilian Sarrouf, coordenadora técnica do Comitê de Meio Ambiente do SindusCon-SP, é que o setor da construção civil, o maior consumidor, ignora o que fazer para evitar a compra de madeira ilegal. “Uma de nossas primeiras iniciativas foi fazer um programa de capacitação técnica destinado a desenvolver mecanismos de controle, como a exigência de apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF) e o incentivo ao uso da madeira certificada nos departamentos de compra do setor público e privado”, explicou.

O projeto também envolve a capacitação dos compradores para que consigam identificar a origem da madeira disponível, além de realizar pesquisas e desenvolver produtos de espécies mais adequadas à construção civil. Para isso, lançou duas

**Iniciativa paulista capacitou sete construtoras de médio e grande porte para utilizar apenas madeira legal; novos cursos devem ser dirigidos a revendedores de madeira e escritórios de arquitetura**

publicações — o Manual Madeira de Uso Sustentável na Construção Civil e o Guia Seja Legal, de boas práticas para manter a madeira ilegal fora dos negócios, destinado a empresários, consumidores e formuladores de políticas públicas.

O Programa Aquisição Responsável de Madeira na Construção Civil, do qual participaram sete construtoras, permitiu a aquisição de 15 mil metros cúbicos com preocupação sobre sua origem, o equivalente a 700 caminhões de madeira. Novos cursos estão em discussão destinados à capacitação das revendedoras de madeira e para escritórios de arquitetura.

Outra constatação interessante, segundo Lilian Sarrouf, é que as construtoras de médio e grande porte preferem utilizar madeira de reflorestamento para formas e usos temporários, enquanto o consumo de madeira nativa é maior entre os pequenos consumidores. “Boa parte do consumo está nas mãos dos construtores e arquitetos que fazem casas de praia por exemplo, com toras de madeira. É importante que esses profissionais sejam esclarecidos sobre a utilização correta do produto e as possibilidades alternativas às espécies mais visadas e mais ameaçadas.” ■

**Malu Villela, da Rede Amigos da Amazônia: incentivo ao uso da madeira nativa, desde que seja proveniente de manejo sustentável**



**Construção civil ainda aproveita pouco os recursos das diferentes espécies de madeira**

**AÇÕES DO PODER PÚBLICO****1.****Rede prioriza movimento de legalidade em compras públicas**

A Rede Amigos da Amazônia propõe que o governo dê o exemplo, criando um movimento de legalidade e responsabilidade em toda a cadeia produtiva da madeira. O objetivo é fomentar uma nova tendência de consumo exigindo dos prestadores de serviço que apresentem provas de utilização legal da madeira.

**2.****CEF exige madeira legal para financiamento de obras**

A Caixa Econômica Federal incorporou a exigência de uso de madeira legal em novos contratos de financiamento dos empreendimentos habitacionais, especialmente do Minha Casa, Minha Vida. Entre os documentos, é obrigatória a apresentação do DOF, comprovando volume e destinação do produto na obra.

**3.****Lei paulista exige reposição de árvores pelas empresas**

A lei estadual 10.780 de 2001, que determina às empresas que plantem um número de árvores equivalente ao retirado para suas atividades comerciais é outro grande incentivo ao reflorestamento em São Paulo. Em 2009, foram repostas 3,4 milhões de árvores. No ano passado, foram 4,8 milhões.



## Matéria